Bicicletas Monark S.A.

Proposta da Administração e Manual para a Participação de Acionistas

Assembleia Geral Ordinária
a ser realizada em 29 de abril de 2022

29 de março de 2022

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	4
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	7
ANEXO I À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES DA COMPANHIA	8
ANEXO II À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19
ANEXO III À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – INDICAÇÃO DE ADMINISTRADORES PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	24
ANEXO IV À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 12, I, DA INSTRUÇÃO CVM 481	30
ANEXO V À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 12, II, DA INSTRUÇÃO CVM 481	31

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Conforme Edital divulgado nos dias 29, 30 e 31 de março de 2022, a Bicicletas Monark S.A. ("Monark" ou "Companhia"), convoca-os a participar da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2022, às 12 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Francisco Lanzi Tancler nº 130, Indaiatuba/SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** eleger os membros do Conselho de Administração; e **(iv)** deliberar sobre a remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2022.

Com o fim de disponibilizar de maneira clara e objetiva as informações necessárias para que os acionistas participem da AGO e exerçam seu direito de voto de maneira devidamente informada, a Companhia preparou a presente Proposta da Administração e Manual para Participação de Acionistas ("Manual"), contendo as orientações e procedimentos que devem ser observados pelos acionistas para a participação na AGO, incluindo as informações e documentos relativos à proposta da Administração da Companhia para a deliberação dos itens constantes da ordem do dia.

Nos termos do artigo 21-A da Instrução CVM nº 481/09, a Monark adotará sistema de votação a distância na AGO. As instruções para preenchimento e envio do boletim de voto a distância estão detalhadas no próprio boletim e mais adiante neste Manual.

Cordialmente,

Conselho de Administração
Bicicletas Monark S.A.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária, na forma do art. 126 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). Os acionistas poderão participar da AGO **(i)** presencialmente; ou **(ii)** por meio do envio de Boletim de Voto a Distância.

Visando facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma e a apresentação de cópias autenticadas dos documentos de identidade, comprovação de poderes e procurações. Ressaltamos, contudo, que documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

Os tópicos seguintes deste Manual descrevem os procedimentos a serem observados pelos acionistas e os documentos a serem apresentados para a sua participação na AGO.

1. Participação Presencial

Para participar e votar na AGO, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos de identidade e comprovação de poderes de representação, conforme o caso:

Pessoas Físicas	• Documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração.
Pessoas Jurídicas	• Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista. • Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.
Fundos de Investimento	• Último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). • Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação. • Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

1.1. Orientações para participação por meio de procurador

O acionista que seja **pessoa física** poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou

administrador da Companhia.

O acionista que seja **pessoa jurídica** ou **fundo de investimento**, por sua vez, poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.[1]

As procurações devem ser outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1.º e §2.º do Código Civil (Lei nº 10.406/02), deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, dispensado o reconhecimento da firma do outorgante.

2. Participação por meio de boletim de voto a distância

O acionista poderá também participar da AGO por meio do envio de boletim de voto a distância, das seguintes formas:

(i) envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância aos seus agentes de custódia, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou

(ii) envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância ao escriturador das ações de emissão da Companhia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou

(iii) por meio do envio de boletim de voto a distância devidamente preenchido diretamente à Companhia.

Envio por intermédio de prestadores de serviços

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para a instituição escrituradora das ações da Monark, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até **22 de abril de 2022** (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.

Os acionistas deverão entrar em contato com o prestador de serviço que receberá as instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para verificar os procedimentos por ele estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

Envio direto à Monark

O acionista que optar por enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia deverá encaminhar cópias digitalizadas dos documentos de identidade, de comprovação de poderes e de titularidade de suas ações

[1] Cf. a decisão proferida pelo Colegiado da CVM no Processo Administrativo RJ2014/3578.

descritos no item 1 acima, sendo necessária a respectiva tradução caso o documento não seja lavrado em português.

A cópia digitalizada do boletim de voto a distância, acompanhado da respectiva documentação, deverá ser recebida pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até **22 de abril de 2022** (inclusive).

Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados

Para que o boletim de voto seja considerado válido é imprescindível que **(i)** seus campos estejam devidamente preenchidos; **(ii)** todas as suas páginas estejam rubricadas; e **(iii)** ao final, o acionista ou seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, tenha assinado o boletim.

Nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM 481/09, a Monark comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou, se necessário, os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio. Caso haja necessidade, a retificação ou reenvio do boletim também deverão ser feitos até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, **22 de abril de 2022**.

Recomendamos aos acionistas que optarem por enviar o boletim diretamente à Companhia, que o façam preferencialmente por via eletrônica, encaminhando cópia digitalizada do boletim e da documentação pertinente no seguinte endereço de e-mail: monark@monark.com.br. Alternativamente, o acionista poderá enviar a via física do boletim e da documentação pertinente para o seguinte endereço: Rua Alexandre Dumas nº 1.601 – cj. 135, CEP 04717-004 – São Paulo, SP., aos cuidados da área de Relações com Investidores da Companhia.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 481/09, a administração da Monark ("Administração") vem apresentar as seguintes informações e recomendações relativas às matérias incluídas na ordem do dia da AGO ("Proposta da Administração" ou simplesmente "Proposta"):

1. ***Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:***

A Administração submete à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos auditores independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, que foram publicadas, de forma reduzida, no jornal O Estado de São Paulo, no dia 29/03/2022 e podem ser acessados na integra nos websites da CVM (sistemas.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (www.monark.com.br), bem como no website do jornal (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes).

A Administração propõe a aprovação, sem ressalvas, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2. ***Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021*****:**

A administração propõe aos acionistas a aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 nos termos do **ANEXO II** à presente Proposta.

3. ***Eleger os membros do Conselho de Administração***

Os acionistas controladores indicaram os Srs. Sylvio Marzagão e Paulo Marzagão Sobrinho para concorrer na eleição para o Conselho de Administração. Adicionalmente, o acionista minoritário Sr. Eduardo Bocuzzi apresentou candidatura ao Conselho de Administração.

Em atendimento ao disposto no artigo 10 da ICVM 481, o **ANEXO III** da presente Proposta contém as informações exigidas sobre os candidatos ao Conselho de Administração, na forma do item 12 do Formulário de Referência.

4. ***Deliberar sobre a remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2022***

A Administração propõe a aprovação de uma remuneração anual e global para os administradores da Companhia no exercício social de 2022, no valor de até R$ 1.968.000,00 nos termos dos **ANEXOS IV** e **V** à presente Proposta.

ANEXO I
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES
(ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

Conforme mencionado nos itens que tratam dos fatores de risco, o emissor tem significativa receita proveniente de atividades não operacionais, notadamente aplicações financeiras.

Isso se dá porque o emissor mantem altos índices de liquidez, mantendo em disponível no caixa, depósito em conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata, valor suficiente para o pagamento de imediato de todo o capital de terceiros, ou seja, de todo o passivo circulante e não circulante conforme atestam os índices abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Liquidez imediata total	6,08	5,89	4,91

O endividamento por sua vez tem-se mantido em nível baixo, sendo seus índices percentuais sobre o Patrimônio Líquido:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Índice de endividamento	12,53%	13,67%	15,94%

O emissor tem trabalhado nos três últimos exercícios exclusivamente com recursos próprios, não dependendo de recursos de terceiros, notadamente de instituições financeiras. A companhia apresenta capacidade de pagamento em relação a todos os seus compromissos financeiros assumidos.

O emissor não leva em consideração a hipótese de resgate de ações, além das legalmente previstas.

O emissor mantem Ativos não circulantes conforme percentual abaixo, em relação ao Patrimônio Líquido:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Comprometimento do PL no Ativo não circulante	24,71%	26,79%	29,31%

O Capital de giro total consolidado do emissor é composto com baixo nível de capital de terceiros:

(Em milhares de Reais)	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
Capital próprio	191.969	88,86%	190.456	87,98%	190.312	86,25%
Capital de terceiros	24.061	11,14%	26.028	12,02%	30.334	13,75%
Capital de giro total	216.030	100,00%	216.484	100,00%	220.646	100,00%

As dívidas totais, nos três últimos exercícios, caracterizam-se basicamente por dívidas trabalhistas, com fornecedores e tributárias, além de provisões para contingências e tributos sobre sua carteira de ações.

As alterações significativas nas demonstrações financeiras, levando em consideração a análise vertical e horizontal, que apresentamos no final deste item, foram:

No exercício de 2019 em relação ao de 2018, as alterações no Ativo ocorreram nas contas de Caixa e Equivalentes de Caixa por conta do pagamento de Dividendos; Outros Créditos por conta do reconhecimento de JCP a receber da Petrobras durante o próximo exercício; Tributos a Recuperar, pela apuração do IR retido na fonte pelo resgate de aplicações, a ser compensado durante o próximo exercício e pela utilização dos valores de crédito de IRPJ, conforme deferimento de processos judiciais de repetição de indébitos transitados em julgado; na conta de Créditos e Valores de Longo Prazo, pela contabilização de provisão para perdas com liquidação de crédito de ICMS acumulado; na conta de Investimentos Temporários de Longo Prazo, pela valorização das ações da Petrobras, Eletrobrás e Fundo de ações Bradesco. No Passivo as alterações significativas foram nas contas de Fornecedores, Obrigações Fiscais e Dividendos a Pagar, além da contabilização dos contratos de aluguel de imóveis na conta de Arrendamentos a pagar no Passivo Circulante e Dividendo Adicional Proposto e Arrendamentos a pagar no Passivo não Circulante, além de Ajuste de Avaliação Patrimonial pelo lançamento de variação positiva nos valores da carteira de ação, no Patrimônio Líquido.

No exercício de 2020 em relação ao de 2019, as alterações no Ativo ocorreram nas contas de Caixa e Equivalentes de Caixa por conta do recebimento de clientes; Outros Créditos por conta do recebimento de JCP a receber da Petrobras; Tributos a Recuperar, pela apuração do IR retido na fonte pelo resgate de aplicações, a ser compensado durante o próximo exercício e pela utilização dos valores de crédito de IRPJ, conforme deferimento de processos judiciais de repetição de indébitos transitados em julgado; na conta de Créditos e Valores de Longo Prazo, pela contabilização de ajustes das provisões para contingencias e de provisão para perdas com liquidação de crédito de ICMS acumulado; na conta de Investimentos Temporários de Longo Prazo, pela desvalorização das ações da Petrobras, Eletrobrás e Fundo de ações Bradesco. No Passivo as alterações significativas foram nas contas de Fornecedores, Obrigações Fiscais e Dividendos a Pagar, além da contabilização dos ajustes nos contratos de aluguel de imóveis na conta de Arrendamentos a pagar no Passivo Circulante e Dividendo Adicional Proposto e Arrendamentos a pagar no Passivo não Circulante, além de Ajuste de Avaliação Patrimonial pelo lançamento de variação negativa nos valores da carteira de ação, no Patrimônio Líquido.

No exercício de 2021 em relação ao de 2020, as alterações no Ativo ocorreram nas contas de Caixa e Equivalentes de Caixa por conta do recebimento de clientes; Tributos a Recuperar, pela apuração do IR retido na fonte pelo resgate de aplicações, a ser compensado durante o próximo exercício e atualizado pela SELIC, além dos créditos a compensar de IPI, PIS e COFINS; Estoques que tiveram aumento em produtos acabados e matéria-prima para garantir a produção; na conta de Créditos e Valores de Longo Prazo, pela contabilização de ajustes das provisões para contingências e de provisão para perdas com liquidação de crédito de ICMS acumulado e a contabilização de impostos a recuperar referente ao processo de exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS; na conta de Investimentos Temporários de Longo Prazo, pela desvalorização das ações da Eletrobrás e Fundo de ações Bradesco; no ativo permanente pelos ajustes nos contratos de arrendamento. No Passivo as alterações significativas foram nas contas de Fornecedores, Obrigações Fiscais e Dividendos a distribuir no Passivo Circulante; Aumento no Dividendo Adicional Proposto e redução no Arrendamentos a pagar no Passivo não Circulante, além de Ajuste de Avaliação Patrimonial pelo lançamento de variação negativa nos valores da carteira de ação, no Patrimônio Líquido.

Valores em Milhares (R$)	31/12/2021			31/12/2020			31/12/2019		
ATIVO		Análise Vertical	Análise Horizontal		Análise Vertical	Análise Horizontal		Análise Vertical	Análise Horizontal
Ativo Total	**216.030**	**100,00%**	**-0,21%**	**216.484**	**100,00%**	**-1,89%**	**220.646**	**100,00%**	**8,64%**
Ativo Circulante	**168.592**	**78,04%**	**1,90%**	**165.455**	**76,43%**	**0,35%**	**164.870**	**74,72%**	**-0,65%**
Caixa e Equivalentes de Caixa	146.350	67,75%	-4,60%	153.406	70,86%	3,09%	148.804	67,44%	-1,15%
Contas à Receber	5.363	2,48%	-11,08%	6.031	2,79%	9,83%	5.491	2,49%	12,64%
Estoques	15.009	6,95%	184,21%	5.281	2,44%	-27,00%	7.234	3,28%	29,57%
Tributos à recuperar	1.757	0,81%	176,69%	635	0,29%	-80,56%	3.266	1,48%	-33,05%
Despesas Antecipadas	113	0,05%	10,78%	102	0,05%	36,00%	75	0,03%	-3,85%
Ativo Não Circulante	**47.438**	**21,96%**	**-7,04%**	**51.029**	**23,57%**	**-8,51%**	**55.776**	**25,28%**	**50,10%**
Ativo Realizavel a Longo Prazo	45.014	20,84%	-2,75%	46.288	21,38%	-2,67%	47.558	21,55%	29,28%
Imobilizado	2.424	1,12%	-48,87%	4.741	2,19%	-42,31%	8.218	3,72%	2115,09%
PASSIVO									
Passivo Total	**216.030**	**100,00%**	**-0,21%**	**216.484**	**100,00%**	**-1,89%**	**220.646**	**100,00%**	**8,64%**
Passivo Circulante	**6.295**	**2,91%**	**20,48%**	**5.225**	**2,41%**	**-13,32%**	**6.028**	**2,73%**	**80,97%**
Obrigações Sociais e Trabalhistas	582	0,27%	3,37%	563	0,26%	12,83%	499	0,23%	11,14%
Fornecedores	1.450	0,67%	-6,75%	1.555	0,72%	-25,63%	2.091	0,95%	58,89%
Obrigações Fiscais	687	0,32%	218,06%	216	0,10%	-8,86%	237	0,11%	-29,25%
Financiamento por arrendamento	1.462	0,68%	-21,61%	1.865	0,86%	-18,31%	2.283	1,03%	0,00%
Dividendos à Pagar	2.114	0,98%	106,04%	1.026	0,47%	11,76%	918	0,42%	-25,43%
Passivo Não Circulante	**17.766**	**8,22%**	**-14,60%**	**20.803**	**9,61%**	**-14,41%**	**24.306**	**11,02%**	**58,85%**
Financiamento por arrendamento	694	0,32%	-74,16%	2.686	1,24%	-52,79%	5.689	2,58%	0,00%
Tributos Diferidos	13.769	6,37%	-5,02%	14.497	6,70%	-1,70%	14.747	6,68%	30,09%
Provisões	3.303	1,53%	-8,76%	3.620	1,67%	-6,46%	3.870	1,75%	-2,40%
Receitas à Apropriar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Patrimônio Líquido Consolidado	**191.969**	**88,86%**	**0,79%**	**190.456**	**87,98%**	**0,08%**	**190.312**	**86,25%**	**3,16%**
Capital Social Realizado	133.010	61,57%	0,00%	133.010	61,44%	0,00%	133.010	60,28%	0,00%
Reservas de Lucros	32.699	15,14%	11,58%	29.306	13,54%	2,19%	28.677	13,00%	-2,65%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.260	12,16%	-6,68%	28.140	13,00%	-1,69%	28.625	12,97%	30,08%
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO									
Receita Líquida de Vendas	**17.637**	**100,00%**	**-19,06%**	**21.790**	**100,00%**	**40,42%**	**15.518**	**100,00%**	**11,80%**
Custo dos Bens Vendidos	-11.691	-66,29%	-21,94%	-14.977	-68,73%	31,60%	-11.381	-73,34%	15,26%
Resultado Bruto	**5.946**	**33,71%**	**-12,73%**	**6.813**	**31,27%**	**64,68%**	**4.137**	**26,66%**	**3,27%**
Despesas/Receitas Operacionais	-2.844	-16,13%	-47,55%	-5.422	-24,88%	-42,76%	-9.473	-61,05%	14,45%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**3.102**	**17,59%**	**123,01%**	**1.391**	**6,38%**	**-126,07%**	**-5.336**	**-34,39%**	**24,94%**
Resultado Financeiro	6.834	38,75%	76,09%	3.881	17,81%	-58,87%	9.436	60,81%	-8,71%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**9.936**	**56,34%**	**88,47%**	**5.272**	**24,19%**	**28,59%**	**4.100**	**26,42%**	**-32,40%**
IRPJ e CSL	-1.879	-10,65%	4,97%	-1.790	-8,21%	26,59%	-1.414	-9,11%	-40,06%
Resultado Líquido do Exercício	**8.057**	**45,68%**	**131,39%**	**3.482**	**15,98%**	**29,64%**	**2.686**	**17,31%**	**-27,52%**
Lucro Básico por Ação (Em R$)	17,72			7,66			5,91		

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

Os resultados têm sido fortemente impactados pelas receitas financeiras, item primordial para a obtenção dos resultados positivos dos últimos anos, como segue:

Item	2021	2020	2019
Receitas financeiras líquidas	6.834.272,91	3.881.273,02	9.436.064,36
Lucro antes do IRPJ e CSLL	9.936.385,86	5.271.877,44	4.100.164,54

As receitas de vendas e a rentabilidade da operação têm sido limitadas pelos preços praticados no mercado por importadores, algumas empresas com incentivos fiscais, pequenos e micro montadores espalhados por todo o território nacional, não compatíveis com os custos de produção, a grande carga tributária e a excessiva burocracia.

Um fator importante para a rentabilidade das disponibilidades financeiras da companhia são as taxas de juros praticados pelo mercado brasileiro, uma vez que a companhia possui aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários, instrumento financeiro que tem sua rentabilidade atrelada às taxas de juro praticadas.

Não obstante os riscos acima referidos, a companhia é suficientemente capitalizada, não utilizando quaisquer fontes de financiamento externo que possam de maneira positiva ou negativa ter efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais apresentadas pelo emissor, expondo-o a outros riscos atrelados ao mercado que possam ser considerados relevantes.

Tendo em vista a característica de alta competitividade do mercado que a companhia atua, a possível introdução de novos produtos e serviços apresentados por nossos concorrentes bem como as modificações dos preços praticados em tal mercado, é, sempre, considerado um fator de risco para a companhia e seus investidores.

Assim, ainda que não tenhamos conhecimento da existência de projetos realizados por nossos competidores com o objetivo de introduzir um produto ou serviço que ganhe parcela significativa do mercado em que atuamos, é necessário, pelo menos, considerar que existe algum risco que pode ser atribuído a esse fator e que possa futuramente vir a afetar as receitas da Companhia.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

A pandemia do Covid-19, as medidas restritivas governamentais para o seu controle e o cenário econômico impactaram a Companhia, que emitiu Comunicado ao Mercado em 05/05/2020.

Houve, inicialmente, uma grande perda na receita de vendas, com posterior recuperação.

Houve impactos relevantes nos títulos e valores mobiliários de longo prazo, que são os investimentos em ações de companhias abertas e fundo de investimento, também com posterior recuperação.

Os custos da matérias primas, componentes e insumos tiveram aumentos expressivos.
A inflação reinante afetou muito o poder aquisitivo dos consumidores e consequentemente a receita de vendas .

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfases no Parecer do Auditor

Não houve mudança significativa nas práticas contáveis, ressalvas ou ênfases especiais nos pareceres dos auditores nos três últimos exercícios**.**

10.5. Políticas Contábeis Críticas

As receitas são reconhecidas por competência, os créditos fiscais são contabilizados seguindo as legislações fiscais existentes e as provisões para contingências calculadas em valor suficiente para o risco.

10.6. Itens relevantes e não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Todos os itens relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras e objeto de notas explicativas nos balanços.

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não se aplica ao emissor, já que este mantém todos os itens relevantes evidenciados nas demonstrações contábeis**.**

10.8. Plano de Negócios

A empresa não tem plano de investimentos em andamento.Não há previsão de aquisição de equipamentos de valor relevante.

10.9. Outros fatores com Influência Relevante

A pandemia do Covid-19, as medidas restritivas governamentais para o seu controle e o cenário econômico impactaram a Companhia, que emitiu Comunicado ao Mercado em 05/05/2020.

Houve, inicialmente, uma grande perda na receita de vendas, com posterior recuperação.

Houve impactos relevantes nos títulos e valores mobiliários de longo prazo, que são os investimentos em ações de companhias abertas e fundo de investimento, também com posterior recuperação.

Os custos da matérias primas, componentes e insumos tiveram aumentos expressivos.
A inflação reinante afetou muito o poder aquisitivo dos consumidores e consequentemente a receita de vendas.

ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO CONTENDO AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9.1.II DA INSTRUÇÃO 481

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi no montante de R$ 8.057.426,69 (oito milhões, cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Caso seja aprovada a distribuição de dividendos submetida à AGO, serão pagos a titulo de dividendos R$ 8.129.819,09 (oito milhões, cento e vinte e nove mil, oitocentos e dezenove reais e nove centavos), correspondentes à totalidade do lucro líquido do exercício e a parcela adicional, em dividendos prescritos, de R$ 72.392,40 (setenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), que perfazem o valor de R$ 17,87755709731 por ação de emissão da Companhia.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 distribuído a título de dividendos neste exercício, caso seja aprovada a distribuição de dividendos submetida à AGO, será de 100% (cem por cento), correspondente ao montante de R$ 8.057.426,69 (oito milhões, cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos).

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A administração da Companhia submete à deliberação dos acionistas na AGO a distribuição de dividendos no montante de R$ 8.129.819,09 (oito milhões, cento e vinte e nove mil, oitocentos e dezenove reais e nove centavos), correspondentes a 17,87755709731 por ação de emissão da Companhia, sendo R$ 2.032.454,77 (dois milhões, trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos) relativos a

dividendos mínimo obrigatórios e R$ 6.097.364,32 (seis milhões, noventa e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos) relativos a dividendos adicionais propostos.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos referidos no item "a", caso sejam aprovados na AGO, serão pagos em parcela única em 28/06/2022, sendo certo que os procedimentos para pagamento serão oportunamente divulgados pela Companhia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Caso seja aprovada a distribuição de dividendos ora proposta, farão jus ao recebimento os titulares de ações ordinárias da Companhia na data da realização da AGO, isto é, em 29 de abril de 2022, sendo certo que tais ações da Companhia passarão a ser negociadas "*ex dividendos"* a partir de 2 de maio de 2022.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2021	2020	2019
Lucro Líquido do exercício	R$ 8.057.426,69	R$ 3.481.679,18	R$ 2.685.299,03
Lucro Líquido por ação ON (em reais)	R$ 17,71836545355	R$ 7,65624888400	R$ 5,90500061572

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2021	2020	2019[2]
Valor global dos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	R$ 8.129.819,09	R$ 3.605.201,10	R$ 2.766.671,55
Valor dos dividendos por ação ON/PN (em reais)	R$ 17,87755709731	R$ 7,92787487631	R$ 6,08393963716

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não houve destinação de lucros para constituição de reserva no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma vez que a reserva legal já atingiu o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não houve destinação de lucros para constituição de reserva no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

[2] No ano em questão, não foram distribuídos juros sobre o capital próprio.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do Artigo 26 do Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório corresponderá a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício social.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo obrigatório será pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO III

ELEIÇÃO DE CANDIDATOS PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS (INCLUINDO INDEPENDENTES) DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Definição de número de assentos do Conselho de Administração da Companhia:

Conforme o Artigo 6º do Estatuto Social, o Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros efetivos, sem suplentes.

Candidatos ao Conselho de Administração da Companhia

Os acionistas controladores indicaram os Srs. Sylvio Marzagão e Paulo Marzagão Sobrinho para concorrer na eleição para o Conselho de Administração. Adicionalmente, o acionista minoritário Sr. Eduardo Bocuzzi apresentou candidatura ao Conselho de Administração.

Os três candidatos mencionados acima, se eleitos, cumprirão mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022.

Procedimento para soliticação de voto múltiplo e eleição em separado

No caso da Monark, em linha com o disposto na Lei das S.A. e na Instrução CVM nº 165/91, o percentual exigido para a soliticação da adoção do procedimento voto múltiplo na eleição do Conselho de Administração corresponde a 5% do capital votante.

Adicionalmente, terão ainda o direito de eleger em separado um membro do Conselho de Administração a maioria de acionistas titulares de, pelo menos, 15% (dez por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. Somente poderão exercer tais direitos os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da AGO.

As ações detidas pelos acionistas que optarem pela votação em separado serão excluídas do número de ações votantes para fins da eleição majoritária por chapa ou por voto múltiplo.

INFORMAÇÕES DOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA EM RELAÇÃO AOS INDICADOS

Diante disso, apresentamos as informações relativas aos candidatos à eleição do Conselho de Administração.

12.5. Membros do Conselho de Administração:

Candidatos a Membros Efetivos do Conselho de Administração:

	Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF/ Passaporte	Cargo a ser ocupado	Data Prevista para Eleição, se aprovada a Proposta da Administração	Data Prevista para Posse, se aprovada a Proposta da Administração	Prazo do Mandato, se aprovada a Proposta da Administração	Outros cargos ou funções na Companhia	Indicado pelos Controladores	Membro independente	Número de mandatos consecutivos, se aprovada a Proposta da Administração
1	**Sylvio Marzagão**	13/07/1939	Engenheiro	027.150.588-53	Conselheiro de Administração	30/04/2021	30/04/2021	AGO de 2022	Diretor Presidente.	Sim	Não	40
2	**Paulo Marzagão Sobrinho**	05/03/1942	Administrador de Empresas	069.004.458-53	Conselheiro de Administração	30/04/2021	30/04/2021	AGO de 2022	Nenhum	Sim	Não	30
3	**Eduardo Boccuzzi**	13/01/1961	Advogado	022.510.688-48	Conselheiro de Administração	30/04/2021	30/04/2021	AGO de 2022	Nenhum	Não	Não	15

Cada um dos candidatos declarou, individualmente, que não tem qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Sylvio Marzagão

Engenheiro graduado pela Faculdade de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Diretor Presidente de Bicicletas Monark S/A.

Membro do Conselho de Administração de Bicicletas Monark S/A.

Paulo Marzagão Sobrinho

Administrador de empresas graduado pela Escola Superior de Administração de Negócios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Pós graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

Sócio gerente da Premier Consultoria e Administração.

Presidente do Conselho de Administração de Bicicletas Monark S/A.

Eduardo Boccuzzi

Advogado graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Sócio de Boccuzzi Advogados Associados desde 1996.

Membro do Conselho de Administração de Bicicletas Monark S/A.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Os candidatos ao Conselho de Administração participaram de 100% das reuniões realizadas durante o exercício de 2021.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês de assessoramento.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês de assessoramento.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

a. administradores do emissor: Os Srs. Sylvio Marzagão e Paulo Marzagão Sobrinho, ambos candidatos ao Conselho de Administração, são irmãos. O Sr. Sylvio Marzagão também ocupa, atualmente, o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia.

b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há

c. controladores diretos ou indiretos do emissor: O Sr. Sylvio Marzagão, que é irmão do Sr. Paulo Marzagão Sobrinho, ocupa cargo de administrador nas sociedades controladoras da Monark.

d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: O Sr. Sylvio Marzagão, que é irmão do Sr. Paulo Marzagão Sobrinho, é acionista das sociedades controladoras da Monark.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor: O Sr. Sylvio Marzagão é acionista das sociedades controladoras da Monark.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

ANEXO IV

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA INSTRUÇÃO 481, ARTIGO 12, INCISO I

Nos termos do artigo 12, inciso I, da Instrução 481, apresentamos a proposta de remuneração anual e global para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária da Companhia, que corresponde ao valor total de até R$1.968.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil reais).

A descrição detalhada acerca do montante global de remuneração global para os administradores se encontra no item **ANEXO V** abaixo, que corresponde ao item 13 do Formulário de Referência da Companhia, nos termos da Instrução CVM 481/09.

ANEXO V

PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA MONARK A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA INSTRUÇÃO 481, ARTIGO 12, INCISO II

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, quanto aos seguintes aspectos:

A remuneração dos administradores do emissor visa oferecer aos mesmos compensação às suas atribuições e responsabilidades do cargo, adequadas ao setor em que atua e possibilidades econômico-financeiras.

A finalidade da política e das práticas de remuneração da empresa consistem no (i) alinhamento de interesses entre administradores e acionistas, de forma a compartilhar retornos e riscos da empresa; e (ii) reconhecimento da contribuição dos administradores, com base em referências de mercado.

Tendo em vista tais objetivos, a empresa adota um plano de remuneração diferenciado, incluindo o emprego de medidas de criação de valor para determinar os benefícios e as metas de remuneração variável, detalhado nas tabelas abaixo.

A verba total de remuneração da Diretoria e Conselho de Administração é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas e distribuída pelo Conselho de Administração.

A remuneração do Conselho Fiscal é fixa e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Os objetivos dos elementos que compõe a remuneração (i) do Conselho de Administração; (ii) da Diretoria; e (iii) do Conselho Fiscal, são os seguintes:

- **Remuneração do Conselho de Administração**

Fixa: montante mensal que tem por finalidade refletir os padrões de mercado, constituído exclusivamente de honorários, com o objetivo de remunerar a dificuldade e responsabilidade relacionados ao cargo de membro do Conselho de Administração.

Remuneração Variável: não há remuneração variável.

- **Remuneração da Diretoria**

Fixa: montante mensal pago com o objetivo de remunerar a dificuldade e responsabilidade relacionados ao cargo de diretor. A remuneração fixa da Diretoria inclui salários e benefícios como assistência médica e uso de automóvel.

Os benefícios têm por objetivo refletir os padrões verificados no mercado e reconhecer a contribuição dos executivos.

Variável: a remuneração variável compreende a participação nos resultados, prevista no Estatuto Social da Companhia, que contempla até 10% do lucro líquido a critério do Conselho de Administração.

A remuneração variável tem por objetivo alinhar os interesses dos executivos aos da Companhia.

- **Remuneração do Conselho Fiscal**

Fixa: montante mensal, tendo por finalidade refletir os padrões de mercado, constituído exclusivamente de, honorários com o objetivo de remunerar a dificuldade e responsabilidade relacionados ao cargo de conselheiro fiscal.

Remuneração Variável: não há remuneração variável.

Os principais indicadores de desempenho para determinação de cada elemento da remuneração são:

(i) Remuneração Fixa: dificuldade e responsabilidade oriunda do cargo, padrões adotados no mercado e experiência profissional dos administradores.

(ii) Remuneração Variável: desempenho satisfatório da função de diretor da companhia, utilizando-se como indicador de desempenho a realização dos negócios da companhia.

A remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho, estrutura-se da seguinte forma:

(i) Remuneração Fixa: dificuldade e responsabilidade inerente ao cargo, práticas do mercado e experiência do profissional.

(ii) Remuneração Variável: realização e desempenho dos negócios da companhia e cumprimento satisfatório da função de diretor.

Forma por meio da qual a política e práticas de remuneração se alinham aos interesses de curto e médio prazo da companhia.

A política e as práticas de remuneração da companhia buscam convergir os interesses de curto e longo prazo da companhia e os dos acionistas. O montante da remuneração variável da Diretoria, em particular, está diretamente ligado ao desempenho da Companhia a cada exercício social.

A proporção de cada elemento na remuneração total pode ser observada nos quadros abaixo, relativas aos três últimos exercícios:

Conselho de Administração	**2021**	**2020**	**2019**
Remuneração Fixa	100%	100%	100%
Remuneraão Variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%

Diretoria	**2021**	**2020**	**2019**
Remuneração Fixa	60,45%	61,48%	58,33%
Remuneraão Variável	30,22%	24,29%	25,47%
Benefícios	9,33%	14,23%	16,20%
Outros	0%	0%	0%

Consellho Fiscal	**2021**	**2020**	**2019**
Remuneração Fixa	100%	100%	100%
Remuneraão Variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%

A empresa não possui comitês ou estruturas organizacionais assemelhadas de auditoria, de risco, financeiro, de remuneração ou outras.

Reajustes acumulados nos últimos três anos (2019, 2020 e 2021):

Conselho de Administração – 0,00 %
Diretoria – 0,00%
Conselho Fiscal – 0,00%

Variação do reajuste do Sindicato de 2019 a 2021 – 23,53%

Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração Total Prevista para o Exercício Social corrente - 31 de dezembro de 2022 – Valores Anuais				
(em R$)	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	648.000,00	0,00	840.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	480.000,00	0,00	480.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	648.000,00	0,00	648.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-

Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	**R$192.000,00**	**R$1.776.000,00**	**0,00**	**R$1.968.000,00**

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021 – Valores Anuais				
(em R$)	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	3	2	3	8
Nº de membros remunerados	3	2	3	8
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	648.000,00	135.000,00	975.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	324.000,00	0	324.000,00
Participações em comitês	0,00	0	0	0
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-

Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	**192.000,00**	**1.072.000,00**	**135.000,00**	**1.399.000,00**

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020 – Valores Anuais				
(em R$)	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	3	2	3	8
Nº de membros remunerados	2	2	3	8
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	648.000,00	135.000,00	975.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	256.000,00	0,00	256.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				

Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00		0,00	
Total da remuneração	**192.000,00**	**1.054.000,00**	**135.000,00**	**1.381.000,00**

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019 – Valores Anuais				
(em R$)	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	3	2	3	8
Nº de membros remunerados	3	2	3	8
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	648.000,00	135.000,00	975.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	283.000,00	0,00	283.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-

Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	**192.000,00**	**1.111.000,00**	**135.000,00**	**1.438.000,00**

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	3	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	648.000,00	0,00	648.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS:

O estatuto social delibera que pode ser concedido aos Diretores Estatutários, a título de participação nos lucros, até 10% do Lucro Líquido.

O Art. 152 § 1º da Lei 6.404 regulamenta e limita a participação no lucro até o montante das remunerações dos administradores.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	3	8,00
Bônus				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	648.000,00	0,00	648.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2021	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00

OBS:

O estatuto social delibera que pode ser concedido aos Diretores Estatutários, a título de participação nos lucros, até 10% do Lucro Líquido.

O Art. 152 § 1º da Lei 6.404 regulamenta e limita a participação no lucro até o montante das remunerações dos administradores.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	3	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	648.000,00	0,00	648.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2020	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00

OBS:

O estatuto social delibera que pode ser concedido aos Diretores Estatutários, a título de participação nos lucros, até 10% do Lucro Líquido.

O Art. 152 § 1º da Lei 6.404 regulamenta e limita a participação no lucro até o montante das remunerações dos administradores.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	3	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	648.000,00	0,00	648.000,00

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2019	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00

OBS:

O estatuto social delibera que pode ser concedido aos Diretores Estatutários, a título de participação nos lucros, até 10% do Lucro Líquido.

O Art. 152 § 1º da Lei 6.404 regulamenta e limita a participação no lucro até o montante das remunerações dos administradores.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há plano de remuneração baseado em ações em vigor.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

O emissor não tem plano de remuneração em ações para membros do conselho de administração e diretoria estatutária.

13.6. Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há plano de remuneração baseado em ações em vigor.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há plano de remuneração baseado em ações em vigor.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):

Não aplicável.

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Conselho de Administração:

Bicicletas Monark S/A	11.951 ações ordinárias
SME Participações Ltda	34.137.932 quotas
Dyon Participações Ltda	18.396.000 quotas
Monark Participações Ltda	17 quotas
Elsol Participações Ltda	7.718.059 quotas

Diretoria Estatutária:

Os Diretores que tem participação nas empresas são também membros do Conselho de Administração, estando suas ações e quotas incluídas no item acima.

Conselho Fiscal:

Bicicletas Monark S/A	0 ações ordinárias

13.10. Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

O emissor não fornece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.11. Remunerações máxima, mínima e média, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Nº de membros	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Nº de membros remunerados	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Valor da maior remuneração	611.000,00	581.000,00	673.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
Valor da menor remuneração	444.000,00	473.000,00	438.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
Valor médio da remuneração	527.500,00	527.000,00	555.500,00	64.000,00	64.000,00	64.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00

Observação: os valores incluídos na tabela acima não incluem o montante de INSS suportado pela Monark.

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

O emissor não tem política específica para remuneração ou indenização dos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	2021	**2020**	**2019**
Conselho de Administração	57,91%	68,75%	68,75%
Diretoria Estatutária	42,09%	55,12%	60,58%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nos anos de 2021, 2020 e 2019, a Companhia realizou pagamentos nos valores de, respectivamente, R$207.000,00, R$358.000,00 e R$338.000,00 à empresa Premier Consultoria e Assessoria Ltda., que tem como sócio um membro do Conselho de Administração da Companhia, em contrapartida à prestação de serviços administrativos e financeiros.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável.

13.16. Outras informações relevantes:

A Companhia não tem outras informações relevantes.